



No contexto deste dilema permanente, a actividade de planeamento foi de grande utilidade para o Governo, quer como esclarecedora da situação e das perspectivas globais e sectoriais, quer como identificadora dos recursos disponíveis.

Convencido de que a boa execução do seu programa requer uma acção coerente, racional e eficaz, o Governo dedicou a primeira prioridade às acções de organização dos serviços do Executivo. O ano de 1986 iniciou-se sob o signo da mudança, mudança que abrange não sómente a reformulação dos serviços e a redefinição das suas atribuições, como também a racionalização das estruturas, métodos e normas de trabalho, adequação da gestão financeira e reavaliação dos valores que enformam a acção administrativa.

Na esteira das recomendações do II Congresso do PAICV, não temos dúvidas de que a realização dos fins políticos deste Governo, bem como a execução do seu Programa exigem uma Administração para o desenvolvimento dotada de meios e de valores adequados.

Nessa óptica, impôs-se o Governo um programa de reformas, sereno mas firme, que começou a implementar desde o início do ano transacto. Antes de mais, dedicou um cuidado especial à organização do aparelho do Estado. A adequação aos objectivos nacio-



nais começa a revelar-se na própria arrumação dos cargos governamentais pela colocação sob uma mesma responsabilidade de sectores com afinidade funcional ou material; prestou-se uma particular atenção à organização e funcionamento do Conselho de Ministros, melhorando os seus métodos de trabalho e facilitando a coordenação.

Esforçou-se por dotar todos os Ministérios de diplomas definidores da sua estrutura orgânica; empreendeu-se um vasto esforço de reestruturação do sector económico estatal que abrangeu desde a extinção de unidades à criação de novas e à reformulação dos elementos essenciais de diversas; preparou-se o projecto de Lei de Administração Municipal (que será brevemente presente à ANP) que aplica os princípios de descentralização e participação popular, dá conteúdo preciso à autonomia do poder local e reformula a orgânica municipal.

O sentido da mudança encontra-se claramente definido no Programa do Governo e no II PND: maior eficiência e eficácia da Administração, melhor uso dos recursos, melhor adequação à realidade e às necessidades sociais.

O processo de implementação dessas medidas tem sido complexo e lento. Por um lado, é difícil conseguir os meios



humanos e materiais necessários ao equipamento das estruturas criadas. Por outro, não tem sido fácil conduzir o debate e a agitação de ideias, indispensáveis para que a mudança seja interiorizada pelos agentes e destinatários e, assim, se consolide e dê frutos.

Acreditamos que a mudança na organização e no funcionamento do Estado não pode ser autocrática, imposta por meios exclusivamente hierárquicos, nem concebida como um assunto que diga exclusivamente respeito à Administração. Procurámos promover um processo dinâmico e participativo, o que exige abertura e perseverança na acção e gradualismo na sua implementação, no quadro de uma estratégia clara.

Todavia, apesar de os objectivos e os fundamentos das medidas suscitarem apoio de princípio da maior parte dos intervenientes, persiste uma atitude de inércia que leva à aplicação de velhos métodos e à colagem a valores ultrapassados. Verifica-se isso, não só na aplicação das decisões e das leis, mas também no uso de poderes interpretativos formalmente rejeitados como guia de acção quotidiana.

Compreendemos que as novas propostas suscitem reserva ou desconfiança porque são mais exigentes e ainda não testadas, enquanto o statu quo transmite segurança e facilita a acomodação.



No entanto, continuamos convencidos da necessidade de uma mudança da mentalidade<sup>e</sup> de reformulação gradual dos processos de gestão da coisa pública. Essa necessidade não advém de mera dedução política ou de princípios políticos programáticos, antes decorre das exigências do processo de desenvolvimento, que postula participação, responsabilidade, poupança, eficácia e rigôr como traves mestras da acção dos poderes públicos.

Não se pode continuar a encarar a máquina administrativa como algo para o qual os resultados não contam para a avaliação da sua utilidade; não se pode manter um ritmo acelerado de desenvolvimento se a administração e os organismos sociais não forem competentes, capazes e dedicados.

Por tudo isso, pensamos ser imprescindível a prossecução na senda da mudança global das estruturas e das mentalidades. Torna-se necessário incentivar uma nova pedagogia de desenvolvimento feita da descolonização das ideias, sustentada pela confiança nas possibilidades da Nação e na correcta avaliação da sua situação.

Importa persistir na modernização e na aquisição de tecnologia adequada em todos os sectores de acção. Precisamos adquirir o saber-fazer indispensável aos nossos propósitos e prosseguir o esforço de dotação do país com a organização e os equipamentos apropriados.



PRIMEIRO MINISTRO

- 20-

Tudo isso só é possível se conseguirmos uma adesão e uma participação cada vez mais amplas.

Como estimular a vontade nacional de desenvolvimento?

A mudança e o desenvolvimento não se fazem por geração espontânea, porque os indivíduos e as sociedades tendem para a acomodação. Cada etapa, cada vitória geram reflexos de acomodação e auto-satisfação que, em si, constituem entraves à continuidade do processo. As reformas e a mudança são encaradas com suspeição porque não oferecem a segurança do presente.

Mas também é sabido que o desenvolvimento de qualquer sociedade é resultante de forças internas e duma vontade nacional de afirmação e bem-estar que tem de ser liderada pelos seus elementos mais dinâmicos.

A mudança é produto duma dinâmica cultural e política. Quem pode, em Cabo Verde estimular e liderar o processo de mudança?

Certamente que não será o aparelho do Estado, porque qualquer aparelho tende, por si, para a rotina do funcionamento.

A dinâmica da mudança e do desenvolvimento tem de ser assumida e conduzida pelo Partido, agindo sobre a sociedade pelos meios políticos que lhe são próprios.

Impregnando o tecido social, mobilizando os indivíduos e as forças sociais mais dinâmicas, suscitando o orgulho da ca-



PRIMEIRO MINISTRO

- 20-A -

boverdianidade e a afirmação dos seus valores mais positivos,  
o Partido cumpre a sua vocação de força dirigente da sociedade e do Estado e de grante da continuidade do processo.

Nas organizações de massas e sociais, nas associações profissionais e de interesses, nos grupos culturais e desportivos o Partido tem parceiros e aliados para conduzir a mudança. Suscitar a afirmação e o dinamismo dos cidadãos organizados é tarefa prioritária na construção d democracia participativa.

Agitar a ideia das três principais reformas - a reforma agraria, a reforma do ensino e a reforma administrativa - apoiar a descentralização e a afirmação do poder local são imposições do momento político.

Em Cabo Verde, como em Africa, como em todo o mundo,  
o progresso não é um simples somatório de projectos ou medidas  
tecnocráticas. O progresso é, antes de mais, espiritual, cultural,  
político. Daí a necessidade de se dar toda a atenção ao  
trabalho político, à luta por valores novos e sãos, à dinamização  
da cultura, à afirmação de cabo-verdianidade e do patriotismo,  
à luta ideológica, em suma. A luta pelo progresso mais não  
é que luta por ideias novas. Cabe-nos, por isso, assumir a res-  
ponsabilidade e o risco de ser o elemento dinamizador do proces-  
so.

*m. modernizaç<sup>o</sup>  
da sociedade  
de.*

.../